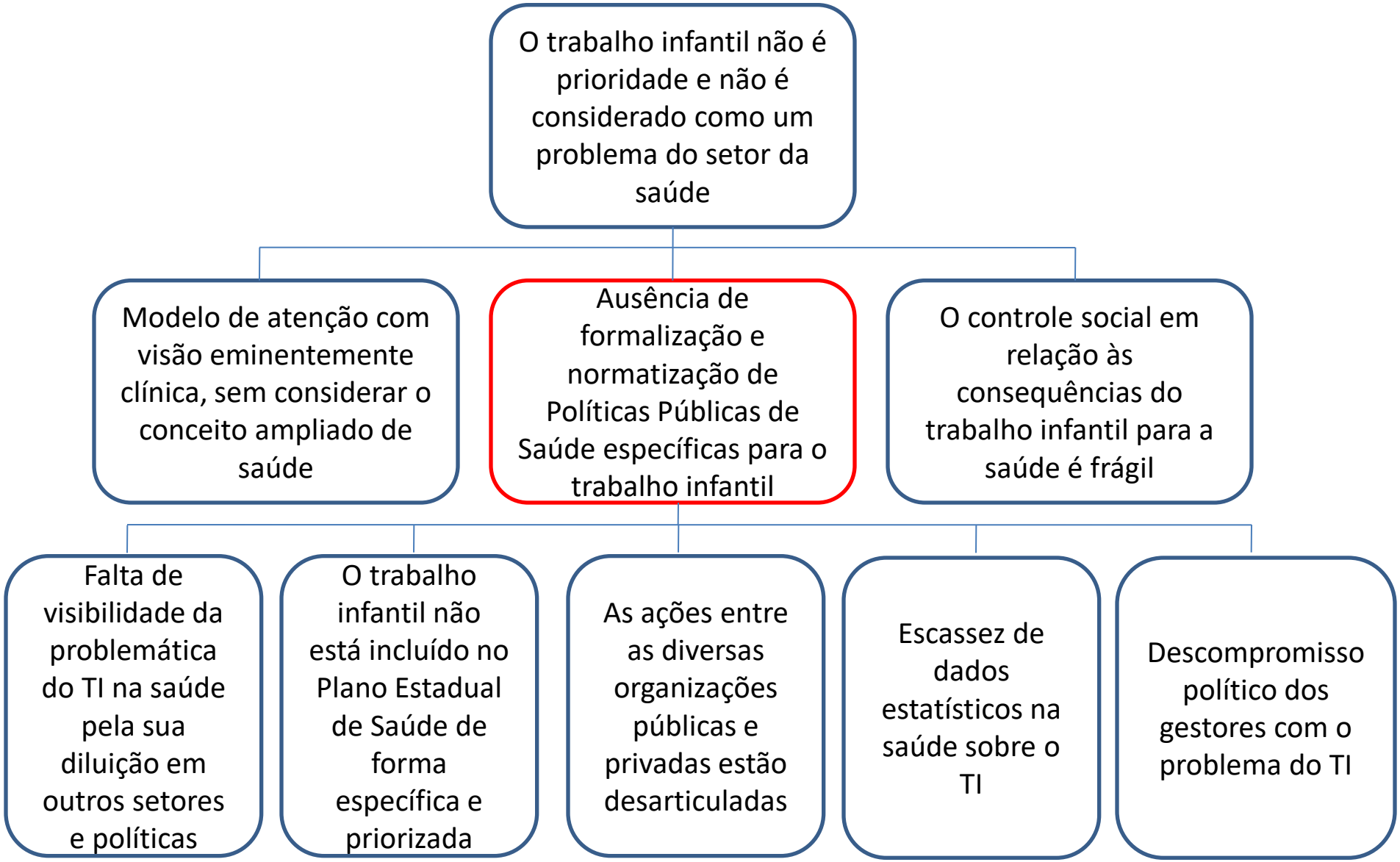
O trabalho infantil não é prioridade e não é considerado como um problema do setor da saúde
Modelo de atenção com visão eminentemente clínica, sem considerar o conceito ampliado de saúde
Ausência de formalização e normatização de Políticas Públicas de Saúde específicas para o trabalho infantil
O controle social em relação às consequências do trabalho infantil para a saúde é frágil
Falta de visibilidade da problemática do TI na saúde pela sua diluição em outros setores e políticas
O trabalho infantil não está incluído no Plano Estadual de Saúde de forma específica e priorizada
As ações entre as diversas organizações públicas e privadas estão desarticuladas
Escassez de dados estatísticos na saúde sobre o TI
Descompromisso político dos gestores com o problema do TI

O trabalho infantil não é prioridade e não é considerado como um problema do setor da saúde

CONSEQUÊNCIAS

- Acidentes, doenças ocupacionais, seqüelas e óbitos
- Comprometimento físico, psicológico de crianças e adolescentes.
- Subnotificação ocasionando pouca visibilidade da problemática na área da saúde.
- Pouca sensibilização dos profissionais de saúde em relação ao TI.
- Falta capacitação e/ou insuficiente instrumentalização do profissional de saúde para identificar as questões relacionadas a TI.
- Insuficiente acompanhamento e monitoramento das famílias inseridas no PETI pelas UBS.
- Insuficiente destinação orçamentária da saúde em relação ao TI.
- Desarticulação da rede de serviços.